

MERCADO OU QUASE-MERCADO EDUCACIONAL EM PROCESSOS ATINENTES À AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ-BRASIL

Antônia Bruna da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Brasil

antoniabruna@uern.br

Introdução

No campo educacional brasileiro, uma temática ainda pouco estudada, refere-se à atuação de grupos, consultorias independentes, instituições e/ou empresas em processos envolvendo avaliação de rede de ensino no interior das municipalidades. Por atentar à essa temática, juntamente a preocupação de estarmos diante de um vasto e lucrativo mercado educacional interessado em recursos públicos destinados à educação pública, parte-se do entendimento que, esse tipo de arranjo, como alerta Freitas (2018), retira as escolas do âmbito do controle público e as insere em formas de controle político e ideológico das mantenedoras dessas cadeias organizacionais.

Valoroso aporte para a compreensão da temática em tela foi concedido por Bauer, Horta Neto e Sousa (2016), com base nos resultados de um *survey* realizado em 4.309 dos 5.570 municípios brasileiros, no ano de 2014. Conforme os achados desse estudo, dentre os 1.573 municípios que afirmaram possuir avaliação própria, em que pese a primazia do protagonismo exercido por profissionais vinculados à própria rede municipal de ensino (81,8% indicaram a participação de professores e gestores da própria rede, 77,1% destacaram o trabalho dos técnicos da secretaria), 17% haviam firmado parceria com instituições ou empresas, 8,3% apontaram para a colaboração de professores universitários, 7,8% estabeleceram convênio com consultores externos independentes, além da presença de outros agentes em 15,1% das municipalidades.

Em *survey* realizado no estado do Ceará em janeiro de 2020, Oliveira, Costa e Vidal (2021) constataram que, dos 64 municípios que dispunham de avaliação própria, apesar de em 85,9% dos casos a avaliação ser organizada exclusivamente pela Secretaria Municipal de Educação (doravante, SME), 9,3% dos municípios vinham realizando suas avaliações com o apoio de uma instituição privada, enquanto 3,1% eram exclusivamente conduzidas por uma instituição privada.

Diante desse quadro, considerando a necessidade de aprofundamento do conhecimento da atuação e interferência de grupos, empresas e/ou organizações não-governamentais nas políticas de avaliação aderidas por municípios brasileiros, com fulcro nos dados provenientes de uma pesquisa mais ampla, a presente análise recai sobre a atuação de agentes externos em processos envolvendo avaliações em larga escala em municípios do estado do Ceará.

Este trabalho deriva de pesquisa realizada em nível de doutorado, que elegeu iniciativas de avaliação organizadas por municipalidades cearenses como objeto de análise, com o propósito de elucidar os contornos assumidos por tais propostas, suas intenções, finalidades e os usos que as redes municipais de ensino pesquisadas faziam dos resultados dessas avaliações (SILVA, 2019). Tal investigação foi conduzida nos moldes de uma pesquisa de campo combinada à pesquisa documental. O *corpus* de análise foi constituído por documentos relativos aos mecanismos de avaliação dos municípios, além das transcrições das entrevistas realizadas junto a profissionais da rede de ensino que vinham e/ou tinham exercido participação ativa na realização das avaliações. Isso posto, são justamente as informações obtidas nessa oportunidade que subsidiaram a presente análise.

A atuação de agentes externos em processos de avaliação em larga escala em municípios do estado do Ceará-Brasil

Dos municípios cearenses visitados (Banabuiú, Carnaubal, Ipaporanga, Jijoca de Jericoacoara, Martinópole, Reriutaba e Tauá), a maioria vinha realizando a avaliação autonomamente, com os profissionais da própria rede municipal, sem a contratação de serviços de qualquer natureza, bem como sem a presença de empresas ou assessorias especializadas (ou não) em qualquer fase da avaliação. As exceções foram evidenciadas nos municípios de Ipaporanga e Tauá.

No município de Tauá, à época da realização de sua avaliação própria, a SME vinha recorrendo à contratação de serviços específicos para atender a demandas relativas à: elaboração dos testes de língua portuguesa e matemática, à aplicação dos instrumentos de avaliação e à digitação das respostas dos estudantes. Nesse município, até a data de encerramento da avaliação, os testes eram elaborados por uma equipe contratada especificamente para tanto. A aplicação das provas era feita por pessoas não vinculadas à rede de ensino, mas sem configurar a presença de empresa ou organização, na medida

em que se constituía no pagamento de pessoa física. A cada edição da avaliação, a SME lançava chamada pública para selecionar aplicadores com formação em nível superior (concluída ou em andamento) ou com formação em nível médio, com habilitação para o magistério. Além da formação, a secretaria selecionava, preferencialmente, candidatos com experiência no campo educacional. Na digitação, da mesma forma, Tauá recorria à contratação de pessoas especificamente para esse fim, não sendo obtidas maiores informações a esse respeito. Em síntese, a equipe do município encarregada pela avaliação imputava tais estágios a agentes externos à rede municipal, atuando mais na gestão desses processos e da avaliação de um modo geral, bem como na análise dos resultados.

Em Ipaporanga, por sua vez, os participantes da pesquisa relataram a atuação de uma assessoria externa entre os anos de 2010 e 2012, quando o município passou a adotar determinadas medidas diante dos resultados do sistema estadual de avaliação do Ceará. Em vista da influência do referido grupo na educação municipal, a secretaria aderiu a modificações no currículo (com ampliação das aulas reservadas à língua portuguesa e matemática) e à realização de simulados, mote da formação continuada dos professores. A partir de então, as formações passaram a compreender discussões relativas às avaliações externas, oficinas de elaboração de itens, sendo alinhadas aos simulados. Uma vez elaborados, tais simulados eram apresentados aos docentes em formações. Feito isso, os professores eram responsáveis por aplicar os testes e tabular as respostas dos educandos. Posteriormente à consolidação dos resultados, referenciada nos descritores avaliados (sobretudo os mais críticos), a secretaria estruturava formações e materiais pedagógicos endereçados à prática docente.

Dentre os municípios visitados, com relação à problemática em específico, chamaram atenção os casos de Martinópolis e Reriutaba. Isso porque, de forma dissociada da avaliação própria, no ano de 2017, tais municípios lançaram mão da contratação de uma mesma consultoria externa que também aplicava avaliação junto aos estudantes. Em ambas as municipalidades, a organização não-estatal atuava nas seguintes frentes: material didático-pedagógico estruturado; formação de professores, avaliações mensais diagnósticas e acompanhamento da aprendizagem dos discentes. Tais eixos eram concatenados entre si, em ritmo e retroalimentação frenéticos, envolvendo a aplicação de testes de matemática e português (incluindo leitura e escrita), o compartilhamento de

funções (aplicação dos instrumentos de avaliação e digitação das respostas) com o pessoal da SME ou das próprias escolas, como também a proposições de intervenções no nível das unidades de ensino. Esse trabalho destinava-se apenas ao 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, isto é, às séries de escolaridade examinadas nos sistemas estadual e nacional de avaliação da educação básica. A atuação dessa organização foi mencionada por dois municípios que integram microrregiões geográficas vizinhas. A interferência desse grupo, todavia, não tem se circunscrito a tais redes, havendo indicativos da atividade dessa empresa em outras municipalidades do Nordeste e Sul brasileiros.

Considerações finais

As constatações aqui evidenciadas nos dão pistas de que a constituição de assessorias externas voltadas a avaliações dessa natureza é um mercado em ascensão no contexto educacional brasileiro. A análise denota formas de inserção de agentes externos no âmbito de quatro municípios cearenses em serviços atrelados à avaliação da rede de ensino, incluindo a atuação na concepção e em etapas da avaliação municipal e em processos de avaliação paralela.

É curioso perceber que atuação de grupos externos à secretaria pode se dar em qualquer estágio do processo avaliativo, podendo ser algo buscado pelo próprio município ou aderido diante da oferta junto à rede municipal de ensino. Nessas esferas administrativas, a terceirização da avaliação ou de seus estágios, pode vir acompanhada ou seguida da contratação de outros serviços associados à avaliação. A temática é ainda um terreno carente de análises e problematização, na medida em que é reveladora da sobreposição de avaliações na educação básica, da atuação de organizações movidas por interesses mercadológicos e da adesão a mecanismos que confluem para o cerceamento da autonomia docente e do direito à educação.

Referências

BAUER, Adriana; HORTA NETO, João Luiz; SOUSA, Sandra Zákia Lian. Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização de iniciativas em curso. **Relatório Final: Resultados do Survey**. Fundação Carlos Chagas, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. São Paulo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SILVA, Antônia Bruna da. **Avaliações municipais no contexto educacional cearense: contornos, intenções e finalidades.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

OLIVEIRA; Ana Gardennya Linard Sírio; COSTA, Anderson Gonçalves; VIDAL, Eloisa Maia. Avaliações municipais no Ceará: características e usos dos resultados. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 274-299, abr./jun. 2021.